

O COMPORTAMENTO DO EMPREGO

*Miriam Jardim Kuhn**

Considerações gerais

Os movimentos recentes do nível de emprego no País refletem uma clara influência dos dois planos de estabilização econômica adotados pelo Governo em 1986 e no ano passado. Durante o Plano Cruzado, a taxa média de desemprego aberto, calculada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), diminuiu continuamente de 4,4% em relação à População Economicamente Ativa (PEA), em fevereiro de 1986, para apenas 2,16% em dezembro. Essa tendência declinante foi interrompida em janeiro de 1987, e a taxa de desemprego voltou a subir até atingir 4,47%, em julho, seu ponto máximo naquele ano.

Com o Plano Bresser, todavia, a partir de agosto de 1987, verificou-se nova tendência descendente, até dezembro, mês em que a mão-de-obra temporária contratada pelo comércio para as vendas de fim de ano ajudou a diminuir a taxa para 2,86%. Em 1988, tendo retornado com força a inflação, o IBGE constata que houve, em janeiro passado, um salto de 32,8% no número de desempregados nas seis regiões metropolitanas, com a taxa média subindo de 2,86% para 3,80%, continuando a subir nos meses seguintes.

A partir de julho, entretanto, as taxas voltam a apresentar patamares mais baixos, atingindo, em outubro, 3,65%. O índice registrado é o mais baixo verificado no ano de 1988, e esse resultado, à primeira vista, não se constitui num reflexo da retomada do crescimento econômico e nem significa que a recessão esteja sendo superada. Mesmo considerando a existência de focos de dinamismo localizado, oriundos do desempenho do setor serviços, das exportações e da construção civil e as perspectivas de final de ano, as bases nas quais tem se apoiado o crescimento do emprego nos últimos meses são frágeis, sendo essencial a recuperação dos índices de ocupação da indústria de transformação.

Uma outra restrição a considerar é que a análise isolada da taxa de desemprego pode conduzir a equívocos. Isto porque o próprio desempenho da economia influencia o comportamento da PEA. Em períodos de ex-

* Economista da FEE.

pansão, quando são maiores as oportunidades de trabalho e os salários mais altos, a tendência é aumentar o número de pessoas que buscam o mercado de trabalho; num quadro de dificuldade econômica, inversamente, a PEA tende a crescer menos, o que pode amortecer o ritmo de crescimento da taxa de desemprego ou até mesmo fazê-la cair, não significando por isso expansão econômica. A crise pode transformar desocupados em inativos ou mesmo alterar os fluxos migratórios, acarretando variações na taxa de desemprego.

De fato, o que tem-se verificado simultaneamente é tanto a queda na velocidade de crescimento da PEA como do contingente de ocupados, promovendo, nesse momento, uma redução da taxa de desemprego. Mas daí não segue que a economia tenha retomado uma trajetória de crescimento duradouro e nem que o crescimento no nível de ocupação venha acompanhado por uma melhoria nas condições de trabalho. Seja como for, nada indica que o atual quadro de estagnação tenha sido revertido, o que dependerá da retomada dos investimentos, do equacionamento definitivo da dívida externa e da crise fiscal.

Comportamento e características do mercado de trabalho em 1988

As fontes disponíveis para produzir informações sobre a estrutura do mercado de trabalho no Brasil foram elaboradas basicamente pelo Ministério do Trabalho, através do Cadastro Geral de Empregados, Lei nº 4.923/65, e pelo IBGE.

A observação dos dados da Lei nº 4.923/65 permite constatar que o movimento do mercado de trabalho brasileiro no primeiro semestre de 1988, comparado ao mesmo período do ano anterior, demonstra um quadro positivo da evolução do emprego formal urbano. É necessário ter presente, entretanto, que o primeiro semestre de 1987 sofreu o impacto da reversão ocorrida no Plano Cruzado, em 1986, e teve uma política econômica marcadamente restritiva desde o início, estendendo-se até o final do ano. Isto, ao determinar uma retração econômica ao nível da produção, repercutiu seriamente no contingente de mão-de-obra absorvida pelo mercado de trabalho. Dessa forma, ao se comparar o ano de 1988 com 1987, pode-se vislumbrar uma trajetória de incremento do nível de emprego, ocorrido em função de uma gradual articulação econômica em setores da economia, como a construção civil, os serviços e o setor de exportação, atuando este último como principal articulador da demanda de produtos industriais.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, de janeiro a junho deste ano, foram gerados, aproximadamente, 492.500 pos-

tos de trabalho, 374.300 mais do que os criados em igual período do ano passado, quando houve um acréscimo de apenas 118.200 novos empregos no mercado de trabalho.

Desagregando-se os índices mensais de emprego do Brasil, segundo os diversos segmentos de atividades não agrícolas, constata-se que o crescimento do emprego formal urbano apresentou variações pouco significativas entre os distintos setores de atividades econômicas.

Assim, em relação aos seis primeiros meses de 1988, verifica-se que os setores que apresentaram os melhores índices de crescimento foram os da construção civil e de serviços, que obtiveram maior dinamismo, com taxas acumuladas de 7,69% e 3,13% respectivamente. Os dois juntos foram responsáveis pela geração de 293.900 vagas, ou seja, 59,7% do total de empregos criados no período.

A evolução do índice de emprego na construção civil deve, no entanto, ser considerada, tendo em vista o desempenho insignificante do setor em 1987, devido, entre outros fatores, ao redirecionamento dos recursos para o mercado financeiro, face à instabilidade da economia nesse período.

Quanto à indústria de transformação, o nível de emprego foi sistematicamente negativo, fazendo com que, nos primeiros oito meses de 1988, o número de pessoas ocupadas (tomando como indicador a Grande São Paulo) recuasse 5,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse comportamento encontra-se atrelado ao baixo desempenho do setor, cuja taxa de atividade também se revelou negativa em todo o primeiro semestre, passando a uma lenta recuperação a partir de então. Ressalte-se, ainda, que as quedas não foram tão pronunciadas graças ao excepcional comportamento do setor exportador que, em 1988, superou em muito as taxas históricas de crescimento.

Reportando-se aos indicadores do nível de emprego regional e de áreas metropolitanas no período de janeiro a junho de 1988, a avaliação do desempenho por setor de atividade demonstra que a construção civil foi o setor econômico que mais cresceu. No caso do Rio Grande do Sul, o acréscimo de admissões garantiu um saldo positivo de emprego, criando 3.215 postos de trabalho, sendo que desses 1.812 foram na Região Metropolitana de Porto Alegre. O setor serviços obteve desempenho positivo em seu índice de emprego, tanto em 1987 quanto em 1988, assim como o setor comércio. Este último, em 1988, apresenta, no Estado, um pequeno acréscimo do índice de emprego, com um saldo positivo de 1.998 postos de trabalho ocupados.

A análise dos principais indicadores da situação da força de trabalho pela ótica do desemprego é feita com base na Pesquisa Mensal de

Emprego (PME) do IBGE.¹⁶ Desses indicadores, um dos mais utilizados é a chamada "taxa de desemprego aberto", a qual é dada pela relação percentual entre as pessoas que procuraram trabalho e a PEA das regiões pesquisadas.¹⁷

Merece atenção, no entanto, o fato de esse indicador, assim construído, não refletir as características da força de trabalho brasileira, sendo limitado o significado da utilização dessa taxa. Isso deve-se ao problema do subemprego ou emprego disfarçado, um aspecto crítico quando se consideramos desempregados de uma forma mais abrangente.

A dificuldade é que a Fundação IBGE determina como enquadradas na situação de "desempregado" apenas as pessoas que na semana de referência da pesquisa estavam procurando trabalho. Situações peculiares e bastante comuns entre os trabalhadores brasileiros não são, dessa forma, captadas. Entre elas, pode-se citar o "trabalhador desalentado" (aquele que desistiu de procurar trabalho pela exigüidade das oportunidades que o mercado oferece), bem como aquele que, no curto período de referência — uma semana —, não procurou emprego. A metodologia utilizada, portanto, se, por um lado, exclui da taxa de desemprego situações como as referidas, inclui como ocupados, entre outros, aqueles trabalhadores por conta própria, que exercem atividade de forma intermitente ou mesmo aqueles que não tenham auferido rendimento algum no mês de referência da pesquisa. O resultado disso é uma subestimação considerável do desemprego na economia.

De acordo com os dados da PME divulgados para o Brasil, a taxa média de desocupação em outubro de 1988 — último dado disponível — foi a menor apresentada desde dezembro de 1987, refletindo a queda sazonal do desemprego nos últimos meses do ano. Pelas conclusões da pesquisa, exis-

¹⁶ O IBGE tem sob sua responsabilidade a investigação e divulgação de um número considerável de informações sobre população e mão-de-obra, as quais são coletadas por intermédio de três pesquisas, a saber: o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Essas pesquisas se diferenciam entre si, basicamente, pelo intervalo de execução, abrangência e volume de dados coletados. As informações apresentadas no Censo são desagregadas a nível de municípios, as da PNAD a nível estadual e regiões metropolitanas e as da PME são restritas às seis maiores regiões metropolitanas do País (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte).

¹⁷ A PEA, segundo a Fundação IBGE, é composta pelas pessoas ocupadas (aquelas que, no período de referência da pesquisa ou em parte dele, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam) e por pessoas desocupadas (as que não tinham trabalho no período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para tanto, tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nesse período).

tiam, em agosto, mais de 740.000 trabalhadores em situação de desemprego total das seis regiões metropolitanas, o que corresponde a 4,4% da PEA dessas regiões (estimada em, aproximadamente, 16,9 milhões de pessoas).

Os dados de outubro revelam, portanto, que a oferta de emprego melhorou. Considerando a média das taxas de desocupação, entre janeiro e outubro de 1988, que foi de 3,99%, verifica-se que esse valor representa uma queda de 4,18% em relação à média das taxas do período correspondente, em 1987.

A fim de evitar a interferência da sazonalidade, trata-se de comparar cada taxa de desocupação mensal com a do período correspondente do ano anterior. Dessa forma, tomando-se o mês de outubro, verifica-se que, de 1987 para 1988, houve um decréscimo de 8,29% na taxa média de desocupação (de 3,98% para 3,65%), repetindo esse comportamento desde o mês de junho, conforme pode-se observar na Tabela 4 do Anexo I, a qual mostra também a situação particular de cada região metropolitana.

A nível dessas regiões, a que apresentou a menor taxa de desemprego em outubro de 1988 foi a do Rio de Janeiro (3,20%), seguida de Porto Alegre (3,33%), Salvador (3,76%), Belo Horizonte (3,61%), São Paulo (3,80%) e Recife (5,17%).

Examinando a taxa de desemprego por setor de atividade no mês de agosto de 1988, o menor valor correspondeu ao setor serviços (3,16%), seguido pela construção civil (4,80%). As taxas mais altas referiram-se ao comércio (4,82%) e à indústria de transformação (4,80%).

Pelo comportamento das taxas de desemprego no Brasil, nos três últimos anos, conforme o Gráfico 5 a seguir, constatam-se, no ano do Plano Cruzado, reduzidas taxas de desemprego aberto, situando-se, em dezembro de 1986, em 2,16% para o total médio das regiões. Em 1987, embora o desemprego aberto tenha alcançado o valor de 4,47% em julho, recai para dezembro a menor taxa média do ano para o total das regiões (2,86%). Em 1988, caracterizado como um período de desaquecimento da economia, era de se esperar, pois, uma elevação nas taxas de desemprego aberto, provocada pela retração da demanda de mão-de-obra. Entretanto os indicadores, a partir do mês de junho deste ano, apontam para uma diminuição do nível do desemprego aberto se comparado aos valores de 1987. Para o total das regiões, a menor taxa média de desemprego aberto, observada em outubro, foi de 3,65%, a qual corresponde a um decréscimo de -8,29% no nível de desemprego, em relação ao ano anterior.

Apesar de a taxa de desemprego do IBGE constituir-se em um indicador criterioso do comportamento do desemprego, a metodologia utilizada faz com que ela não reflita o real contingente de desempregados do País. Isso pode ser visto ao se comparar as taxas de desemprego divulgadas pe-

lo DIEESE¹⁸ através da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada em convênio entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que fornece dados relacionados à ocupação e desemprego na Grande São Paulo. Para as taxas correspondentes, calculadas pelo DIEESE para a mesma região, verifica-se um valor muito mais elevado, dadas as diferenças de critério utilizadas pelas duas instituições. Enquanto a taxa de desemprego em agosto de 1988 para a Região Metropolitana de São Paulo é apontada pelo IBGE em 4,32%, o DIEESE estima, para a mesma região, uma taxa de 9,4%, o que representa uma diferença considerável. Dessa forma, enquanto o IBGE contabilizava para o mês de julho um total de 631.800 desocupados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, o DIEESE acusava apenas para a Grande São Paulo um número superior a esse, de 789.000 desempregados.

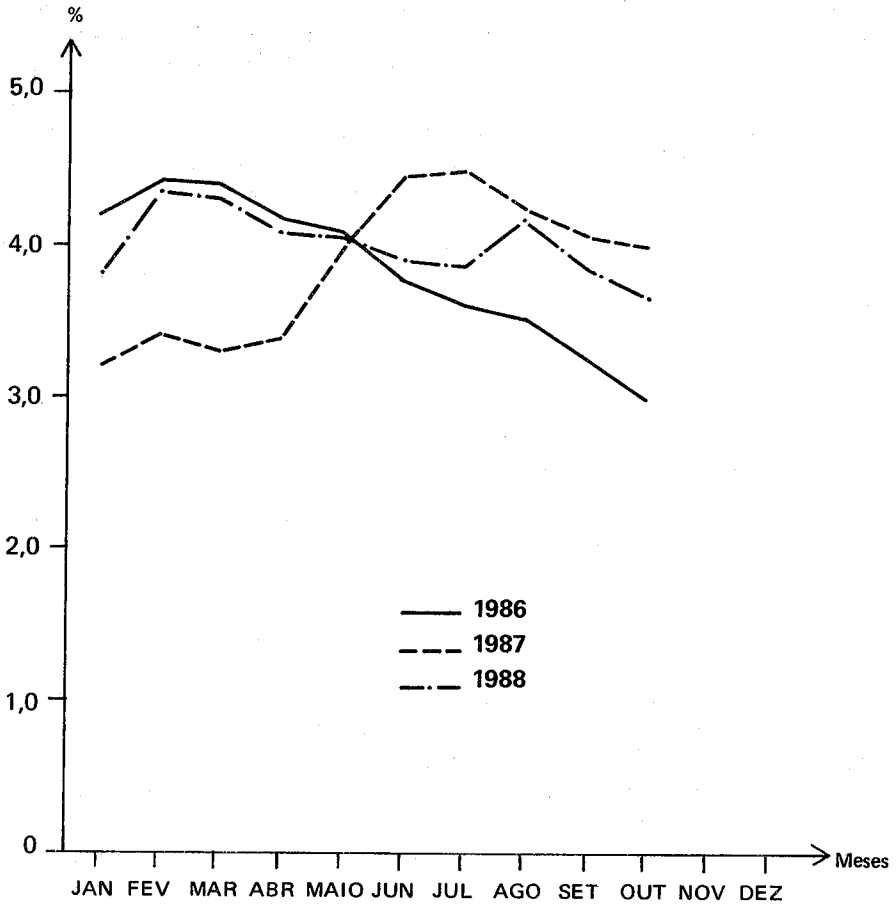
A evolução do nível de emprego, segundo as formas de inserção no mercado de trabalho, é um outro dado fornecido pela PME. A proporção de empregados com carteira de trabalho assinada em relação às pessoas ocupadas por regiões metropolitanas em agosto deste ano comparado com o mesmo mês em 1987 foi de 57,71% e 57,38% respectivamente, mantendo-se relativamente estável o número de empregados com situação regularizada. Diversa tem sido a questão dos trabalhadores sem carteira assinada. Entre agosto do ano passado e agosto de 1988, o total de assalariados com esse tipo de irregularidade aumentou 14,4% contra a diminuição de apenas 0,6% no número de assalariados com carteira assinada. Um resultado que evidencia um crescimento do emprego em condições precárias de inserção no mercado de trabalho.

No entanto é visível a alteração da ocupação entre os setores de atividade nos primeiros oito meses de 1988. No que respeita à indústria, o número médio de pessoas ocupadas recuou em relação ao mesmo período do ano passado. Em compensação, o emprego no setor serviços tem aumentado de forma expressiva: entre agosto de 1987 e agosto de 1988, cerca de 320.000 pessoas foram absorvidas. Além de indicar a estagnação do emprego industrial — segmento considerado pelos seus efeitos de encadeamento como o mais dinâmico da economia —, esse resultado pode ser indício de que o nível de ocupação tem sido sustentado por um inchaço do mercado informal de trabalho, hipótese reforçada pelo aumento de pessoas ocupadas sem carteira de trabalho assinada antes mencionada.

¹⁸ O DIEESE considera como desempregadas as pessoas sem trabalho remunerado permanente, por falta de oportunidade de emprego e que competiam no mercado de trabalho, tendo ou não feito algum tipo de trabalho ocasional para viver. Além disso, inclui as pessoas que, desestimuladas pelas dificuldades de encontrar trabalho, vinham desistindo de fazê-lo (os "desalentados").

GRÁFICO 5

TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO NO BRASIL – JAN-OUT 1986/88



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE—Pesquisa Mensal de Emprego.

Quanto aos dados relativos à massa de rendimentos dos empregados com carteira de trabalho assinada nos primeiros seis meses de 1988, nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, medidos pelo IBGE, esses ficaram 2% acima da média dos últimos seis meses de 1987, mas cerca de 1% abaixo do seu valor real no primeiro semestre do ano passado. A recuperação do salário médio real que os assalariados vinham tendo desde agosto de 1987 — graças às reposições permitidas pela URP e aos ganhos obtidos nos dissídios do final do

ano - se interrompeu em fevereiro porque os índices de recomposição assegurados pela URP começaram a se distanciar das altas taxas de inflação. Por outro lado, os salários médios pagos pelo mercado informal da economia têm ficado acima dos recebidos por trabalhadores com carteira assinada. Isso, de certa forma, reflete que tanto as leis refream os salários através da legislação fiscal e trabalhista¹⁹ como revelam um contingente de mão-de-obra trabalhando em condições inadequadas, sem direito aos benefícios da Previdência Social, do FGTS, do seguro-desemprego e de todo amparo legal, não sendo representados por sindicatos e tampouco atingidos por ações governamentais voltadas à política salarial.

Finalmente, cabe destacar a questão ligada à rotatividade no emprego, que permite indicar o nível de estabilidade do trabalhador no mercado formal, através da permanência média no emprego, assim como o número de reposições realizadas pelas empresas. Em geral, tais situações ocorrem tanto pela substituição de um trabalhador por outro no exercício da mesma função, quando associada ao fator rebaixamento de custos, quanto pelo tipo de atividade econômica, cuja produção é sazonal ou de ciclos efêmeros de produção.

Segundo o Ministério do Trabalho, nos 12 meses encerrados em junho último (de julho/87 a junho/88), a taxa média de rotatividade no Brasil e no Rio Grande do Sul aumentou em 17,42% e 51,82% respectivamente, sendo que as maiores taxas ocorreram nos setores da indústria da construção civil, do comércio e da indústria de transformação.

A análise desses indicadores sobre o mercado de trabalho permite inferir que, embora os novos investimentos praticamente inexistam e o quadro conjuntural indique uma recessão, o emprego formal com mão-de-obra mais qualificada se manteve relativamente estável, com algum crescimento ao longo dos oito primeiros meses do ano. Mesmo com as taxas de rotatividade observadas, o fato desse crescimento pode ser explicado por uma opção cautelosa adotada pelo meio empresarial, que prefere manter seu quadro de pessoal, mesmo em ritmo decrescente de produção, em razão de dois fatores: o primeiro ligado aos custos decorrentes de mão-de-obra; e o segundo, à incapacidade de um planejamento mais efetivo, fruto das constantes mudanças de regras na condução da política econômica por parte do Governo.

¹⁹ Em 1945, os cinco encargos sociais previstos na legislação brasileira (INPS, SENAI, LBA, seguro contra acidentes de trabalho e indenizações trabalhistas) não representavam mais de 8% do salário mensal de um trabalhador do mercado formal. Em 1962, com a instituição do 13º salário, os encargos passaram a representar 27,3% do salário, chegando a 45,5% já em 1967, com a introdução do FGTS (GM, 24/26.12.88, p. 3).

BIBLIOGRAFIA

- BOLETIM DE CONJUNTURA (1988). Rio de Janeiro, UFRJ/IET, v.8, n.3, set.
 FOLHA DE SÃO PAULO (4.12.88). São Paulo. p.B-3.
- GAZETA MERCANTIL (24.2.88). São Paulo. p.5.
- ___ (1.3.88). São Paulo. p.5.
- ___ (21.4.88). São Paulo. p.6.
- ___ (7.10.88). São Paulo. p.6.
- ___ (30.12.88). São Paulo. p.5.
- ___ (24/26.12.88). São Paulo. p.3.
- IBGE (). **Indicadores da produção industrial dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1982-1988)**. Tab.2. mimeo.
- ___ (). **Indicadores da produção industrial dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1982-1988)**. Anexo 1. mimeo.
- INDICADORES IBGE (1988). Rio de Janeiro, v.7, n.10, out.
- INDICADORES IBGE (1988). Rio de Janeiro, v.7, n.11, nov.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (1988). Rio de Janeiro, IBGE, out.
- MERCADO DE TRABALHO: índice de emprego (1987). Brasília, Ministério do Trabalho, dez.
- SONDAGEM CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (1988). Porto Alegre, FEE.